

IMPACTO DAS GUERRAS CULTURAIS NO FINANCIAMENTO À CULTURA

Caroline Dumas¹

Fernanda Pimenta Vasconcelos²

Resumo: O texto traz o cenário contemporâneo da polarização política brasileira para uma reflexão sobre financiamento e fomento à cultura no Brasil contemporâneo. Compreendendo o papel preponderante das novas direitas e imprensa na construção narrativa das Guerras Culturais, foi feita uma contextualização de como o conceito tem sido usado como instrumento de luta política pelo Governo Bolsonaro e qual o impacto que isso trouxe ao financiamento à cultura. Através da análise de três casos envolvendo a Lei Rouanet e o Fundo Setorial Audiovisual entre 2019 e 2021, com observação de documentos oficiais e jurídicos, entrevistas, mensagens em redes sociais e notícias, buscou-se evidenciar como práticas discursivas de agentes públicos influenciaram as decisões referentes ao financiamento e como essas escolhas podem indicar a institucionalização de atos censórios na atualidade.

Palavras-chave: financiamento à cultura, polarização política, guerras culturais, censura, políticas culturais.

Introdução

A partir de 2011, mas com maior veemência após 2016, pode-se ver no Brasil um cenário de grande polarização política. Alguns acontecimentos contribuíram e foram ao mesmo tempo consequência deste acirramento, como foi o caso do impeachment da presidente Dilma Rousseff, operação Lava Jato, crescimento da extrema direita, eleição de Bolsonaro para presidência, o surgimento de novas direitas e a intensificação e propagação de uma onda conservadora no Brasil.

Essas novas direitas agregam diversos setores da sociedade com demandas bem diversas. Estes grupos utilizam três campos semânticos centrais em seus discursos: antipetismo, conservadorismo moral e princípios neoliberais (MESSENBURG, 2017). As novas direitas começam a protagonizar ações e protestos nas ruas e nas redes a partir de 2011 (TATAGIBA, 2018), após a reeleição do projeto político encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Embasadas por uma pauta comum de combate à corrupção, que

¹ Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. caroldumasoli@gmail.com

² Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. pimenta@gmail.com

vinha massivamente sendo atrelada ao PT com o “Mensalão” (a partir de 2005), eles vão agregando outras pautas ao antipetismo, mas sempre tendo este inimigo comum a ser combatido. Para Luciana Tatagiba, o antipetismo é o substrato emocional dos protestos de direita. Ela adiciona ainda outras razões emocionais à adesão a este discurso como a raiva, sentimento de injustiça e frustração (TATAGIBA, 2018, p.113).

Os governos Lula e Dilma (2003-2016) foram marcados por alguns avanços no campo progressista tanto de redistribuição de renda quanto de reconhecimento de diferenças identitárias. Elas podem ser vistas em políticas públicas em prol da diversidade cultural tanto no Ministério da Cultura, mas também em ações em diversos ministérios como por exemplo política de proteção trabalhista como na PEC das domésticas ou ainda ações sociais como o Bolsa Família. Mas ainda assim, nenhuma grande revolução comunista ou radicalização à esquerda foi feita nestes anos. Não foram adotadas medidas identificadas com a extrema esquerda no Brasil, como a taxação de grandes fortunas ou reforma agrária. Pelo contrário, os governos do PT são vistos como conciliatórios, se utilizando inclusive de políticas neoliberais. Então, se por um lado existiu nestes últimos 20 anos um crescimento de uma onda de ultradireita e neoconservadores, do outro lado do polo não deveriam estar a extrema esquerda?

Diante do crescimento das novas direitas, da acentuação da polarização política e do avanço da Retórica das Guerras Culturais (SANTOS, 2021), há um impacto nas políticas de financiamento à cultura no Brasil? Se sim, qual seria ele? Objetivando responder tais perguntas, busca-se explorar o conceito de Guerras Culturais para dialogar com a polarização política brasileira, que fica mais evidente após o Impeachment de 2016. Assim como, traçar um breve panorama sobre o modelo de financiamento à cultura no Brasil e as críticas que esse modelo tem recebido.

Ao fazer essa contextualização da polarização política e do modelo de financiamento à cultura, procura-se evidenciar as práticas discursivas utilizadas por agentes públicos integrantes ou aliados do Governo Federal, analisando as suas falas e entrevistas, notícias de jornais e revistas e documentos oficiais e jurídicos, em três casos entre os anos de 2019 e 2021 que abarcam o atual governo do presidente Jair Bolsonaro. As polêmicas analisadas são a suspensão do Edital de chamamento para TVs públicas com temáticas LGBT, a inabilitação para captação da Lei de Incentivo do plano anual do Instituto Vladimir Herzog e a suspensão do processo de análise de projetos na Lei

Rouanet em cidades que estivessem em *lockdown*. Pretende-se demonstrar como essas práticas discursivas influenciaram as decisões e escolhas discricionárias referentes ao financiamento público à cultura e como essas decisões podem indicar a institucionalização de atos censórios na atualidade.

Guerras Culturais

O uso do termo Guerras Culturais para tratar do cenário político brasileiro começa a se consolidar no Brasil em 2014³, após as manifestações de junho de 2013. O termo é corrente na ciência política dos EUA nos tempos atuais, mas recupera, por sua vez, uma análise do contexto político do país nos anos 1980, por James Hunter (1991).

O conceito tem aparecido em estudos acadêmicos, mas especialmente na imprensa, para tratar de acirramento de ideias, disputas mais radicais, em especial uma luta entre ideias progressistas e conservadoras, dividindo a sociedade por motivações morais em polos extremos. A Guerra Cultural surge, então, num contexto de polarização política no Brasil para abarcar as disputas ideológicas, se diferenciando das disputas sobre temas como economia, por exemplo. Sem o crescimento ou mesmo surgimento de novas direitas no Brasil, entretanto, provavelmente não se estaria falando em Guerra Cultural.

O filósofo e colunista do *O Estado de S. Paulo* Eduardo Wolf foi um dos que popularizou o termo no Brasil. Ele fala em um vídeo de 2018⁴ que o termo Guerras Culturais, apesar de utilizado já há algum tempo nos EUA e Europa para indicar lutas morais diametralmente opostas, passou a ser usado no Brasil quando a esquerda perdeu sua hegemonia no campo cultural.

A cientista política Camila Rocha (2019), que entrevistou diversas pessoas ligadas a estes movimentos de direita surgidos nos anos 2000, corrobora de certa forma com essa ideia de que existia um campo hegemônico de esquerda nas universidades, por exemplo. Ela explica que entre os membros do Instituto Liberal (no qual ela fez parte de sua pesquisa) todos partilhavam a percepção de um status subordinado em relação a um horizonte cultural dominante, ou ainda que “era frequente o sentimento de marginalidade em relação a públicos dominantes, especialmente nos acadêmicos” (ROCHA, 2019, p.8).

³ Primeira matéria de grande alcance que se falou sobre o termo foi escrita por Pablo Ortellado no <https://diplomatie.org.br/guerras-culturais-no-brasil/>

⁴ Ver em <https://www.youtube.com/watch?v=rIO4mz4UBW8&>

Rocha defende que a origem da formação de uma nova direita no Brasil remonta à organização de contrapúblicos digitais, entre 2006 e 2010. Ela demonstra em sua pesquisa que os jovens ultraliberais passaram a se organizar em grupos no Orkut (rede social muito popular no Brasil entre 2004 e 2014), onde discutiam teóricos liberais, já que nos ambientes universitários e culturais eles se sentiam hostilizados.

Jovens estudantes, artistas, professores, intelectuais e jornalistas com ideias liberais e conservadoras passaram a encontrar nos fóruns online um lugar de debate de tais ideias e ideais. Aos poucos essas pessoas foram estruturando uma militância que atuaria em prol da defesa radical do livre mercado e brigaria aos poucos por essa hegemonia no campo cultural.

Jornalistas, colunistas e meios de comunicação também são atores importantes nessa popularização das Guerras Culturais. E nesse processo de abasileiramento do conceito é importante compreender o papel chave de Olavo de Carvalho. João Cezar Castro Rocha (2021) defende que a versão bolsonarista das Guerras Culturais é alimentada por um tripé⁵, sendo que o primeiro deles seria a popularização da retórica do ódio promovida pelo “sistema de crenças” de Olavo de Carvalho, que tem uma forma peculiar de transmitir conhecimento liberal.

Os pesquisadores Jorge Chaloub, Pedro Lima e Fernando Perlatto (2018), destacam que a presença social cada vez mais forte da direita na cena política brasileira tem se realizado paralelamente a uma maior difusão, no plano cultural, das ideias conservadoras, mobilizadas e difundidas por diferentes intelectuais que ocupam lugar de destaque nos jornais e revistas de grande circulação no país, colaborando para essa ascensão.

O que se tem verificado ao longo dos últimos anos é um fenômeno ainda mais amplo, com características particulares, que se vincula a uma presença cada vez mais visível na esfera pública de intelectuais portadores de uma retórica mais virulenta, combativa e militante, e que se assumem abertamente de direita, a exemplo de Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Luiz Felipe Pondé, Rodrigo Constantino, Guilherme Fiuza, Marco Antonio Villa, Denis Lerrer Rosenfield, Diogo Mainardi e Leandro Narloch. A inscrição desses intelectuais na esfera pública ocorreu ao longo dos últimos anos tanto mediante a publicação de artigos e colunas em jornais de grande circulação nacionais e a ocupação de espaços como o rádio, quanto pela difusão de suas ideias a partir de plataformas digitais, como o YouTube e o Facebook, que contam muitas

⁵ Os outros dois vértices do tripé seriam a Doutrina de Segurança Nacional, que traz a ideia do inimigo interno (no caso o antipetismo, como uma revisão do anticomunismo) que deve ser eliminado e um discurso revanchista e revisionista sobre o golpe de 1964.

vezes com milhares de seguidores (CHALOUB, LIMA E PERLATTO, 2018, p.9-10)

Apesar de existir uma massa de jornalistas formados dentro de uma visão progressista e de esquerda, é preciso sempre lembrar que a grande imprensa brasileira vem se identificando cada vez mais com os ideais neoliberais, perdendo a vergonha de se alinhar com a identidade de direita que por um tempo no Brasil esteve vinculado a algo negativo, como a ditadura, por exemplo. Aqueles que antes se colocavam como centro ou até mesmo como neutro ou não-político, especialmente no contexto pós-ditadura, passaram aos poucos, a partir de 2005, a perder a vergonha de se dizer de direita.

Podemos citar aqui o Jornal Nacional, a Veja, a Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, por exemplo. Todos eles defendem nas entrelinhas (ou abertamente) políticas de privatizações de empresas estatais, por exemplo. O ultraliberal Paulo Guedes é um dos poucos ministros que é poupado de críticas mais ferrenhas ao governo Bolsonaro por estes veículos e foram eles também que contribuíram (e muito) com o discurso de combate à corrupção, que vinha sendo atrelada ao PT inicialmente com o Mensalão (a partir de 2005) e depois com a Operação Lava Jato (a partir de 2014).

A ideia de Guerras Culturais é especialmente sedutora para a mídia de massa brasileira, pois ela tenta explicar de maneira simplista temas incrivelmente complexos como por exemplo família, sexualidade ou direitos humanos, além de trazer à tona temas polêmicos que são especialmente interessantes à imprensa. Além disso, as Guerras Culturais criam a ideia de que existem polos diametralmente opostos, como se o contrário das posições tomadas pela extrema direita fossem as posições da extrema esquerda. Mas o que se nota é a polarização entre a extrema direita e os posicionamentos mais moderados e conciliatórios, característicos do centro, trazendo toda a discussão para o campo mais à direita.

Seria uma polarização assimétrica, como defende Rodrigo Nunes (2020). Um dos polos é claramente a extrema direita. Mas as versões variam quando se tenta definir a outra ponta, alguns colocam a esquerda como um todo (alguns colocam o PT de forma mais incisiva) no polo contrário. Na concepção da extrema direita é a esquerda que é o outro extremo, mas eles têm uma concepção elástica de esquerda, que acomoda desde anticapitalistas a neoliberais insuficientemente conservadores e inclui potencialmente qualquer um que venha a ser considerado inimigo (NUNES, 2020, p.7).

A existência de um polo na extrema direita trouxe mais razoabilidade a ideias conservadoras ou liberais que não fossem tão extremas assim. Como se ao puxar a corda para um lado, todo o resto se deslocou junto, trazendo o PT cada vez mais ao centro. Então o PT moderado, que trouxe “Lulinha paz e amor” como seu representante mor, nessa lógica é visto como radical. Trazendo a ideia de centro razoável e conciliador para o centrismo neoliberal.

No Brasil, as Guerras Culturais se concretizaram nas disputas de narrativas sobre questões como a “ideologia de gênero”, “racismo reverso”, “escola sem partido” etc. Na perspectiva das batalhas travadas em torno da “ideologia de gênero”, tem-se o exemplo do caso da recepção à palestra proferida pela filósofa estadunidense Judith Butler, reconhecida pelos estudos *queer* e de gênero, no Sesc Pompeia, em 2017. Diante da divulgação da palestra, grupos conservadores começaram uma campanha nas redes sociais pedindo o seu cancelamento e que mobilizou manifestantes a comparecerem em frente ao Sesc Pompeia no dia do evento. Manifestantes contra a palestra queimaram um boneco feito com o rosto de Butler e um chapéu de bruxa, já os a favor gritavam “Fascistas!” para o outro grupo.

No ambiente das produções artísticas, esta polarização a qual nos referimos trouxe alguns conflitos. Diversas exposições, espetáculos e performances sofreram ataques da sociedade civil organizada em torno de uma agenda conservadora. Em setembro de 2017, a exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* foi fechada pelo Santander Cultural, em Porto Alegre, respondendo a críticas de grupos que viram nas obras uma apologia à pedofilia, à zoofilia e à blasfêmia. Em Salvador, durante a 10ª edição do Festival Internacional de Artes Cênicas da Bahia (FIAC Bahia), em outubro de 2017, a proibição por meio de liminar judicial de encenação da peça teatral *O evangelho segundo Jesus, rainha do céu* que tem a personagem de Jesus Cristo interpretada pela atriz e mulher trans Renata Carvalho, desautorizado também em outras cidades do país. Esses são só exemplos, diversos outros casos ocorreram no país e foram identificados com maior frequência desde o impeachment de Dilma em 2016. Luis Felipe Miguel afirma que o impeachment:

acentuou tendências repressivas que nunca deixaram de estar presentes no nosso Estado, mas que, nos governos democráticos, eram enfrentados por contratendências, que então se expressavam com mais firmeza. Ampliou-se a repressão a manifestações populares e a vigilância sobre movimentos sociais. E também a pressão sobre vozes dissidentes, na forma combinada de censura

e de intimidação. (MIGUEL, 2019, p. 40)

Os exemplos citados demonstram que o conflito de ideias das Guerras Culturais se concretiza através das disputas de narrativas que tendem a atos violentos e a postura de não escuta das razões alheias, num perfeito “diálogo de surdos” (ANGENOT apud SANTOS, 2021). E isso ficou ainda mais evidente nas últimas eleições presidenciais e após eleição de Bolsonaro. As situações de “desentendimentos” se tornam cada vez mais constantes. Por desentendimento, Rancière entende

um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura. (RANCIÈRE, 1996, p. 11)

Sobre as razões de acontecerem desentendimentos, o autor conclui que “a política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundos” (RANCIÈRE, 1996, p.54). É quando os mundos diferentes (as partes ou diferentes modos de subjetivação) se enfrentam que se dá a política. Esses mundos aos quais se refere Rancière não são apenas diferentes, eles têm padrões de medidas que não se equivalem o que torna esta conversa repleta de falta de entendimentos. A política seria então o conflito em torno da existência de uma cena comum, na qual um sujeito quer visibilidade, quer existir. Rodrigo Nunes (2020) coloca que as guerras culturais nunca representaram o substituto da luta política, embora a muitos interessasse que fossem assim pensadas.

Cultura como negócio

Antes da análise dos casos, será feita uma breve contextualização sobre o financiamento à cultura, por ser a principal política cultural federal e de maior impacto no país. O Brasil, apesar de ter o Governo como principal fonte de financiamento à cultura e artes, delega ao Mercado, por meio do incentivo fiscal, boa parte das decisões dos projetos a serem apoiados (MARTOS e QUINTERO, 2011).

O modelo de financiamento à cultura no Brasil tem as leis de incentivo federal em seu centro. A atual lei de incentivo federal, Lei nº 8.313, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) foi criada em 1991. Essa lei ficou popularmente conhecida como Lei Rouanet por conta do seu idealizador Sérgio Paulo Rouanet. Apesar de ter sido pensada como um sistema coeso de financiamento à cultura, o que vemos é

uma supervalorização do mecanismo de Incentivo Fiscal (Mecenato). Cerca de 90% (PAIVA NETO, 2017, p.36) dos recursos disponibilizados do PRONAC vem desse mecanismo. Por conta dessa concentração dos recursos, inclusive, os termos Lei Rouanet e Incentivo Fiscal se confundem.

No âmbito do governo federal, o Incentivo Fiscal à Cultura funciona com a seleção de projetos pelo Ministério ou Secretaria de Cultura que poderão buscar a captação de recursos junto a pessoas físicas e jurídicas que descontem parte do tributo do Imposto de Renda (IR) devido.

Os governos de Lula e Dilma implementaram políticas que reconheciam as pluralidades e tensões das identidades de atores sociais com aumento de recursos do Fundo Nacional de Cultura com editais voltados a projetos com temáticas ou para públicos específicos como LGBTQIA+, mulheres, negros, indígenas, agentes culturais de pequenos municípios, mestres da cultura popular, ciganos etc. Além disso, houve um aumento considerável no recurso financeiro por meio de incentivo fiscal (tanto a Lei Rouanet quanto a Lei do Audiovisual - Lei 8.685/93), o que trouxe a muitas pessoas a ideia de que a Rouanet tenha sido criada pelos governos do PT. Também foi ampliado o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), mecanismo de fomento administrado pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), cuja arrecadação vem principalmente da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Codecine) pago por toda obra audiovisual (inclusive publicidade).

O mecanismo de incentivo fiscal continuou sendo privilegiado de maneira ostensiva e priorizando, muito comumente, as produções artísticas que atraem maior público e visibilidade, e que acabam se concentrando no eixo Rio-São Paulo. Além disso, a fragilidade do FNC não conseguiu dar conta da pluralidade das manifestações culturais do país, apesar dos destaques dados a editais dedicados às políticas de reconhecimento.

Feita essa rápida contextualização do modelo de financiamento à cultura no país, é necessário dizer também sobre como esta mesma legislação passou a ser amplamente criticada num campo semântico ligado às direitas, causando um tensionamento moral. Embora a Rouanet viesse há anos sendo criticada por conta da transferência do poder de decisão do Estado para os empresários, da concentração de recursos na região sudeste e na mão de poucos proponentes, além da supervalorização das leis de incentivo em detrimento ao fundo de cultura ou financiamento direto, é a partir de 2016 que passaram

a crescer críticas e polêmicas diferentes, em especial nas redes sociais.

As próprias críticas à Rouanet são de certa forma uma manifestação das Guerras Culturais, que trouxeram um tensionamento político e social em que o conflito ocorre na dimensão do simbólico. Frederico Santos exemplifica em seu artigo sobre a Retórica da Guerra Cultural:

Defender a intervenção do Estado na economia pode não ser, necessariamente, um debate típico de um cenário de guerra cultural, mas pode sê-lo considerando que a presença do Estado na economia é importante para garantir ações afirmativas para minorias alijadas do poder (político, econômico etc.), como mulheres, negros ou a população LGBT. Portanto, apesar da palavra “cultural” do termo “guerra cultural”, a batalha transcende elementos estritamente culturais (SANTOS, 2021, p.183).

Essas críticas à Rouanet falam, por exemplo, de princípios ultraliberais como a diminuição de impostos. Mas para isso, as pessoas dizem que os artistas famosos poderiam e deveriam financiar suas produções apenas com a iniciativa privada. As insinuações e investigações sobre possíveis usos corruptos da lei, como benefícios a artistas militantes e simpatizantes do PT e ainda outras relacionadas a um conservadorismo que ataca produções artísticas feitas por ou sobre LGBTQIA+ ou ainda marcadamente feministas e antirracistas são constantes. A Lei Rouanet foi inclusive alvo operação da Polícia Federal para investigar possível desvio de recursos federais intitulada “Operação Boca Livre” (2016) e também de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) entre 2016 e 2017, que investigou também possíveis desvios de verbas.

Cultura em Guerra

No esteio dessa onda conservadora que vem crescendo no Brasil, o deputado Jair Bolsonaro ganhou a eleição presidencial e como primeira medida no campo da cultura extinguiu o Ministério da Cultura - Minc⁶. Bolsonaro já falava em sua campanha eleitoral que “essa mamata tem que acabar”⁷, se referindo ao uso de dinheiro público para o financiamento às artes e à cultura.

⁶ Três anos antes, o Ministério também foi extinto com a posse de Michel Temer na presidência, após impeachment de Dilma. Mas depois de forte resistência de artistas, produtores culturais e servidores da pasta, que ficou conhecida como Ocupa Minc, o então presidente restituiu o Ministério da Cultura.

⁷ Vídeo “Jair Bolsonaro e Major Olímpio falam sobre Lei Rouanet” de setembro de 2018, ver em <https://www.youtube.com/watch?v=v8p7PqLaD0>

Seu governo tem recebido muitas críticas da comunidade artística e cultural, acusando-o de censura. Especialmente com a edição de Portaria nº 1.576/2019 assinada pelo então Ministro da Cidadania Osmar Terra (Ministério onde está a Secretaria Especial da Cultura) e com o Decreto presidencial nº 9.919/2019⁸ que alterou a estrutura do Conselho Superior do Cinema transferindo-o da Secretaria da Cultura para a Casa Civil (órgão subordinado diretamente ao presidente da República) e diminuindo o número de representantes da sociedade civil e de cineastas. Já a Portaria do Ministério da Cidadania suspendeu Edital de chamamento para TV's públicas com recursos do FSA e gerido pela Ancine, cinco dias após falas de Bolsonaro em transmissão no Facebook criticando projetos com temática LGBT selecionados pelo referido Edital: "o governo não vai financiar produções com temas LGBT" e "Confesso que não entendi por que gastar dinheiro público com um filme desses". O Presidente já havia declarado a intenção de colocar "filtros" na escolha das produções audiovisuais aprovadas pela Ancine, ele declarou: "A cultura vem para Brasília e vai ter um filtro sim, já que é um órgão federal. Se não puder ter filtro, nós extinguiremos a Ancine. Privatizaremos ou extinguiremos."⁹

A comunidade artística e cultural se reuniu no Supremo Tribunal Federal (STF) em novembro de 2019 para audiência pública, determinada pela ministra Cármen Lúcia, com o objetivo de compreender melhor a Portaria e o Decreto citados, que foram impugnados pelo partido político Rede Sustentabilidade em Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 614. Nessa audiência, artistas e outros trabalhadores da cultura, como Caetano Veloso, Dira Paes, Renato Barbieri, entre outros, acusaram o Governo Federal, por meio de tais instrumentos legais, de censurar as artes e a cultura no Brasil. Essa comunidade alega que o Governo utiliza atos pretensamente técnicos, para tentar disfarçar o autoritarismo, como no caso da Portaria nº 1.576/2019 que justificou a suspensão do edital com a necessidade de recompor os membros do Comitê Gestor do FSA, mas que na realidade desejava excluir produções audiovisuais de temática LGBTQIA+ do acesso ao financiamento público.

⁸ Esse decreto foi revogado em novembro de 2020, retornando o Conselho para a Secretaria da Cultura e tornando paritária a quantidade de representantes do governo e a quantidade de representantes da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional e da sociedade.

⁹ "Bolsonaro diz que vai extinguir Ancine se agência não puder ter filtro", por Danielle Brant, em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/07/bolsonaro-diz-que-vai-extinguir-ancine-se-agencia-nao-puder-ter-filtro.shtml?origin=folha>

A suspensão deste edital levou à saída do Secretário Especial da Cultura Henrique Pires. Na época, ele disse: "Eu tenho o maior respeito pelo presidente da República, tenho o maior respeito pelo ministro, mas eu não vou cancelar a censura"¹⁰. Foi com base no testemunho do ex-secretário, nas falas do Presidente e evidenciado a intenção de silenciamento que o Ministério Público Federal - MPF em Ação Civil Pública contra Osmar Terra imputou-lhe ato de improbidade administrativa e censura. O MPF afirmou que apesar da justificativa dada "a verdadeira motivação do ato consistiu na discriminação fundada em apreciação individual do Chefe do Poder Executivo a respeito do mérito e do valor cultural de projetos relacionados à temática LGBT"¹¹.

Importante salientar a presença do MPF e STF como atores políticos relevantes nessa disputa de narrativas sobre censura. No processo de judicialização da política, questões sociais e políticas de forte repercussão na sociedade são discutidas no âmbito de processos jurídicos, em substituição aos locais tradicionais desses debates políticos como no Poder Legislativo e Executivo. Esses atores têm grande importância e poder, pois determinam se e como algumas políticas públicas devem ser executadas.

Em janeiro de 2020 foi divulgado o resultado desse edital público com linhas de financiamento de séries para TV. Os quatro projetos citados na transmissão de Bolsonaro, "Afronte", "Transversais", "Religare queer" e "Sexo reverso" não foram contemplados, apesar de estarem com pontuação alta no final do processo de seleção por critérios técnicos, previamente indicados em edital, antes da suspensão do mesmo.

Já em 2021, foi noticiado que o governo Bolsonaro reprovou, pela primeira vez em dez anos, o plano anual do Instituto Vladimir Herzog (IVH) para receber captação através da Lei Rouanet. O Secretário da Cultura Mário Frias pronunciou-se em redes sociais e justificou a rejeição ao projeto do Instituto por ter em seu CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) o registro de atividade jornalística, não apenas cultural¹². No site do IVH há a lista das atividades desempenhadas e que são financiadas

¹⁰ "Secretário de Cultura deixa cargo após governo suspender edital com séries sobre temas LGBT", por Guilherme Mazui e Gustavo Garcia, ver em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/secretario-de-cultura-deixa-cargo-apos-governo-bolsonaro-suspender-edital-com-series-de-temas-lgbt.ghtml>

¹¹ Petição inicial do MPF na Ação Civil Pública, ver em <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/docs/pr-rj/acp-ancine>

¹² "Pela primeira vez em dez anos, Cultura veta projeto do Instituto Vladimir Herzog na Rouanet", por Nelson Gobbi, ver em

pela referida lei: exposições, edição de livros, documentários, recuperação e digitalização de jornais e publicações da História recente brasileira e programas e pesquisa do setor educativo¹³.

Em seu artigo 18, a Lei de Incentivo à Cultura determina que os projetos culturais podem ter como proponentes pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, não mencionando a exclusividade dessa natureza. O Instituto, entretanto, diz não ter recebido qualquer parecer que demonstrasse a fundamentação legal para a decisão. O coordenador de Jornalismo e Liberdade de Expressão do IVH, Giuliano Galli, afirmou que “Dizer que o Instituto não é cultural porque também promove atividades ligadas ao jornalismo e a memória é, no mínimo, ter uma visão muito estreita do que é cultura e de qual é o sentido das leis de incentivo para o país”¹⁴. Lembrando que Vladimir Herzog foi um jornalista militante do Partido Comunista Brasileiro, torturado e assassinado pelo regime militar brasileiro nas instalações do Exército.

Já o deputado federal Eduardo Bolsonaro disse em redes sociais: “Se fossem dar Rouanet para um Instituto de nome Brilhante Ustra diriam é ideologização e etc. O governo é técnico, ponto. Aplica a lei”¹⁵. Ustra foi um dos mais famosos militares que atuou na Ditadura Militar torturando e matando os presos. A fala do deputado demonstra uma continuidade do campo discursivo pós-impeachment produzido no interior do executivo federal direcionado para as políticas culturais. Esse campo discursivo possui dois atos, ambos identificados nessa fala: o “ato fóbico” de repulsa às políticas públicas dos governos anteriores do PT, utilizando-se de palavras-chave tais como “aparelhamento”, “politização” e “ideologização”; e o “ato mágico pós-político” que advoga em prol de uma ideia de austeridade e eficácia do Estado, valendo-se de termos como “desburocratização” e “tecnicidade” (DOMINGUES, SANTOS, SILVA, 2018).

E ainda mais recentemente, em março de 2021, a Secretaria Nacional de Fomento e Financiamento à Cultura emitiu portaria nº 124, suspendendo por quinze dias a análise e publicação de projetos culturais cujo local de execução estejam em cidades ou estados com medidas de restrição de circulação, como o *lockdown*. Solução encontrada pelos

<https://oglobo.globo.com/cultura/pela-primeira-vez-em-dez-anos-cultura-veta-projeto-do-instituto-vladimir-herzog-na-rouanet-24881816>

¹³ Ver em <https://vladimirherzog.org/lei-rouanet/>

¹⁴ Idem nota 12

¹⁵ Idem nota 12

governantes e pesquisadores de conter o Coronavírus, já que o país enfrentava na ocasião da portaria a pior fase da pandemia e ainda faltava vacina. A presidência e os governos dos estados e municípios travaram embates públicos por conta dessas medidas restritivas, das quais Bolsonaro já se declarou contra, por acreditar que atrapalham a economia.

A notícia gerou repercussão negativa e no mesmo dia a Secretaria emitiu nota oficial informando que os eventos online, por exemplo, continuariam a ser analisados e a portaria seria aplicada somente para aqueles projetos que precisassem de interação presencial do público, mas por conta das medidas de restrição não seria possível a sua execução. Nessa guerra de narrativas, se deve ou não existir *lockdown*, o governo federal, mais uma vez, se utilizou dos mecanismos legais para financiamento público à cultura, na tentativa de imputar restrições aos inimigos.

Conclusão

A polarização política vivenciada de forma mais intensa no Brasil após 2016 é fruto e ao mesmo tempo consequência das Guerras Culturais. Tal termo foi utilizado pela mídia e por cientistas políticos dos EUA para se referir ao contexto político do país e foi resgatado pela imprensa brasileira no atual momento político de acirramento de ideias, disputa de narrativas, numa sociedade dividida por motivações morais em polos pretensamente extremos. Todavia, o que se percebe é uma assimetria na atual polarização política brasileira, na qual de um lado tem-se a extrema direita, mas do outro não está a extrema esquerda. Esse outro lado identificado como esquerda é, para muitos, praticamente, tudo o que não é extrema direita.

Temas polêmicos no Brasil como aborto, educação sexual, casamento homoafetivo e política de cotas são levantadas nos embates das Guerras Culturais sob as expressões da “ideologia de gênero”, “escola sem partido” e “racismo reverso”, por exemplo. A polarização política propiciou, no campo cultural, ataques a exposições, espetáculos e performances, presenciados com mais frequência em 2017 e tocando nesses temas polêmicos.

Os assuntos abordados nas Guerras Culturais atravessam as políticas públicas culturais, principalmente, nas políticas de financiamento. O governo Bolsonaro adotou medidas próprias do executivo para modificar o modo como os recursos da Lei Rouanet e do FSA, principais instrumentos de financiamento à cultura, devem ser aplicados.

Foram analisadas a suspensão do edital de chamamento para TVs públicas com temáticas LGBT, a inabilitação do Instituto Vladimir Herzog para captar recursos de incentivo fiscal e a suspensão da análise de projetos candidatos à essa captação em cidades que estivessem em *lockdown*.

Profissionais da cultura acusaram o governo Bolsonaro de censura, tendo em vista o discurso perpetrado pelos agentes públicos que compõem o governo em documentos oficiais, entrevistas, mensagens em redes sociais e notícias cujo conteúdo afirma que o financiamento à cultura precisa ter filtros, não pode financiar produções LGBT ou que a mamata tem que acabar. Tendo em vista que a Constituição Federal acabou com o mecanismo censório do Estado presente na Ditadura Militar e proibiu a censura à atividade intelectual e artística ficou difícil a caracterização de atos governamentais enquanto atos de censura. Cristina Costa e Walter Sousa Junior ponderam:

a censura não tem mais uma logomarca ou um processo burocrático legitimador como no passado; hoje ela se manifesta por meio de ações judiciais, de pressão econômica, de assédio moral, de atitudes políticas de iniciativa do Estado, mas disfarçada de proteção, política de comunicação, defesa da ordem social. Para identificá-la, precisamos lançar mão de recursos interpretativos que nos permitam evidenciar a intenção de silenciamento da oposição política, da crítica e da denúncia ideológica. Estudar a censura, atualmente, é uma tarefa para hermeneutas. (COSTA, SOUSA JUNIOR, 2018, p. 29)

Portanto, a restrição ao financiamento público pode ser considerada como uma das formas de se fazer censura na atualidade.

Retorna-se à pergunta inicial do texto: As guerras culturais afetam as políticas de financiamento à cultura no Brasil? A análise de tais casos sugere que sim, as guerras culturais impactam as políticas de financiamento público à cultura no país. Verifica-se que há uma tendência nos casos relatados do governo atual de apresentar argumentos pretensamente técnicos para encobrir razões morais questionáveis, de cunho discriminatório ou persecutório.

O Brasil passa por grandes mudanças com o crescimento e diversificação das direitas, desarticulação da esquerda e tomada do poder pela extrema direita. Transformações profundas estão ocorrendo no atual momento político do país, de forte polarização (assimétrica), e estar no centro desse furacão dificulta analisar acontecimentos tão recentes e ainda não finalizados. Apesar disso, buscou-se demonstrar aqui a censura às artes que se supunha encerrada na história brasileira, mas que foi

resgatada na atualidade com novas formas de procedimento. A restrição de financiamento público, como demonstrado, chama atenção para essa nova forma de controle da produção artística nacional, intitulado por COSTA e SOUSA JUNIOR (2018, p. 28) como pós-censura.

Referências Bibliográficas

COSTA, Maria Cristina Castilho; SOUSA JUNIOR, Walter de. **Censura e pós-censura: uma síntese sobre as formas clássicas e atuais de controle da produção artística nacional.** Políticas Culturais em Revista, [s.l.], v. 11, n. 1, p.19-36, 11 fev. 2018. Universidade Federal da Bahia.

CHALOUB Jorge, LIMA, Pedro e PERLATTO, Fernando. **Apresentação: Direitas no Brasil contemporâneo.** Revista Teoria e Cultura, v. 13 n. 2, 2018.

DOMINGUES, João. SANTOS, Leandro de Paula, SILVA, Mariana de Oliveira. **Do ato fóbico ao ato mágico pós-político: o novo mercado discursivo do Ministério da Cultura.** Revista Eptic, v. 20, n. 2, 2018.

HUNTER, James Davison. **Culture Wars: The Struggle to Define America.** New York, Basic Books, 1991 416p

MESSEMBERG, Débora. **A Direita que Saiu do Armário:** a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. Em Revista Sociedade e Estado, v. 32, n. 3, 2017

NUNES, Rodrigo. **Todo lado tem dois lados.** Revista Serrote, jun de 2020.

PAIVA NETO, Carlos B. **Modelo federal de financiamento e fomento à cultura.** Em: RUBIM, Antônio Albino Canelas e VASCONCELOS, Fernanda Pimenta (orgs). Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e distrito federal. Salvador, Edufba, 2017.

QUINTERO, L.F.A. e MARTOS, L.A.P. (2011). **¿Debe el Estado financiar las artes y la cultura?** Revisión de literatura. Economía e Sociedade, 20, 195-228.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento** - política e filosofia. São Paulo, 1996. 139p

ROCHA, Camila. **“Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff.** DADOS, Rio de Janeiro, vol.62(3), 2019.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e Retórica do ódio: crônicas de um Brasil Pós-Político.** Ed Caminhos, Goiânia, 2021. 186p.

SANTOS, Frederico. **O que se entende por Retórica da Guerra Cultural.** Domínios de Linguagem, vol. 15, n. 1, Uberlândia, 2021. 48p.

TATAGIBA, Luciana. **Os protestos e a crise brasileira.** Um inventário inicial das direitas em movimento (2011 – 2016). Em ALMEIDA, Ronaldo de e TONIOL, Rodrigo. Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais. Unicamp, 2018.